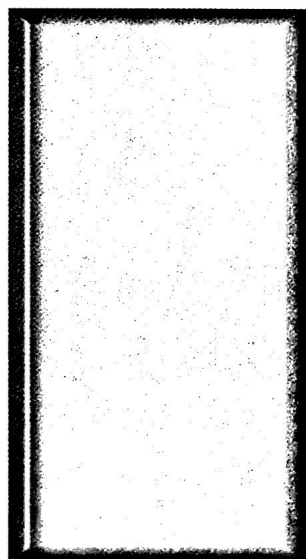


Adilson Cezar ()*

350 anos do espírito dos Guararapes (19/04/1648)

(*) Professor de História e coordenador do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade de Sorocaba – UNISO. Membro correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e da Sociedade Amigos da Marinha de Sorocaba.



RESUMO

Procura-se, neste ensaio, encontrar, sob o ponto de vista histórico, o momento em que o sentimento de defesa da terra é manifestado pelas diferentes etnias formadoras de nosso povo, ou seja, na 1ª. Batalha dos Guararapes (19/04/1648), ocasião em que a vitória é fruto da ação planejada e decidida de um modelo de guerra justamente denominada “brasílica”. Em razão dos fatos expostos, elege-se tal combate como o despertar do espírito de exército e de nacionalidade.

ABSTRACT

In this essay we try to find, under a historical viewpoint, the moment in which the feeling of country defense is born in the different ethnic groups which compose our people, that is, during the First Guararapes Battle (19/04/1648). This is the occasion when victory is achieved as the result of a planned and decisive action of a war pattern justly called “Brazilian model”. Due to these facts, we point out this combat as the awakening of the spirit of army and of nationality.

Introdução

Consultar o passado em busca da *anima* (alma) de uma instituição, como o Exército, quando é necessário perceber além dos decretos, documentos vários, é inegavelmente uma tarefa das mais difíceis. Assim é a nossa questão, pois a presença do espírito militar sempre esteve conosco, desde o momento de nosso descobrimento, já na armada cabralina ou, mesmo, entre os nossos aguerridos silvícolas. O sentimento de defesa ou o impulso de agressão fazem parte da natureza humana. Percebem-se, por isso, os obstáculos que se opõem, quando desejamos determinar o início de um processo, cuja natureza é o comportamento do homem, ditado, principalmente, por razões emocionais. Desde os primeiros contatos entre o homem branco e o índio, inúmeras foram as atitudes que se desdobraram em episódios de natureza bélica. Alguns, de reconhecido valor, em que as etnias envolvidas, ora confrontando-se entre si, ora aliadas todas contra invasores estrangeiros, mostravam seu poderio. Mas, de todas as narrativas históricas que antecedem a célebre primeira batalha dos Guararapes (19/04/1648), segundo os historiadores e analistas de nosso processo histórico, esta é a que melhor representa o espírito combativo calcado na unidade étnica do povo brasileiro. O Exército Brasileiro, procurando, dentre os inúmeros heróicos episódios bélicos de nossa História, aquele que primeiro e melhor exprimisse a vontade de defesa da terra natal, elegeu a Primeira Vitória dos Guararapes como seu dia. Acontecia, assim, há trezentos e cinquenta anos, a primeira atuação bélica legitimamente brasileira. Para compreendermos totalmente esse episódio histórico, veremos alguns fatos absolutamente imprescindíveis.

A união das duas Coroas Ibéricas

A morte do Cardeal Dom Henrique, rei de Portugal, em 1580, ocasionou um grave problema sucessório, resolvido com a aclamação do rei Filipe II da Espanha, como Filipe I de Portugal. Com esse ato iniciou-se um novo e importante período histórico, chamado de União das Coroas Ibéricas. Na prática, a realidade era a de que Portugal e suas colônias passavam para o domínio espanhol. São inúmeras as conseqüências desse fato, mas o mais importante é que todos os povos que eram inimigos da Espanha passaram a ser também do Brasil, que era colônia portuguesa¹.

¹ Lembramos também a expansão do território para o Interior, visto ter ficado inútil o Tratado de Tordesilhas

Dessa forma, os holandeses, antigos parceiros comerciais dos portugueses no beneficiamento do pau-brasil, no transporte de produtos e na aquisição de açúcar, entre as formas mais importantes de negociações, passaram a ser rivais, pois estavam em luta contra a Espanha para a obtenção de sua independência.

O reflexo das disputas religiosas da Europa - catolicismo espanhol contra calvinismo holandês, acabou por nos envolver.

Unificadas as Coroas de Espanha e Portugal, iniciaram-se, no território português, ações contrárias aos holandeses, como a ocorrida em 1585, quando se confiscaram mercadorias e aprisionaram as tripulações das embarcações flamengas que estavam ancorados em portos portugueses.

Igualmente, os holandeses ampliaram os seus ataques, antes reservados aos navios de nações inimigas, a todo o império ultramarino português/espanhol. A ação corsária, em muito ampliada, logo se revelou eficiente, constituindo-se em grande perigo para a navegação. Entretanto, essa verdade era uma realidade para todos; assim também as embarcações de carga holandesas começaram a sofrer reveses, o que fez com que as Províncias Unidas dos Países Baixos fossem um dos primeiros a recorrer à precaução dos vastos comboios, guarnecidos de todos os meios de guerra. Porém, para se formar esses comboios e toda a segurança que implicava, exigia-se uma grande demanda de numerário, o que só poderia ser conseguido com a formação de cooperativas. Surgem, assim, as grandes companhias. Em 1602, aparece a Companhia das Índias Orientais, que obteve grande sucesso, operando em todo o Oriente e mesmo nas costas brasileiras em desrespeito à trégua de doze anos, assinada em 1609, entre a Espanha e os Países Baixos. Os mercadores de Haia, motivados pelo extraordinário êxito da Companhia das Índias Orientais e, percebendo o término da trégua (1621), trataram de fundar a Companhia das Índias Ocidentais. Conhecedores, há muito, do potencial econômico das terras brasileiras, os armadores flamengos, ao organizarem essa Companhia, trataram de obter junto aos Estados Gerais concessões "que lhe davam o caráter de verdadeira delegação de soberania nas terras onde se instalasse"².

Importa observarmos que a colônia brasileira estava militarmente desprotegida. Alguns de nossos portos e vilas possuíam condições satisfatórias para repelir ataques corsários, mas não a ação planejada de esquadras.

² **Dicionário de História do Brasil.** Moral e Civismo. 4. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 297.

A Primeira Invasão Holandesa no Brasil - Período Soteropolitano

Equipados com poderosa frota, os holandeses escolheram para atacar a cidade de Salvador, por a mesma ser a sede de governo e situar-se, também, em região litorânea das mais ricas, produtora de açúcar. No dia 8 de maio de 1624, poderosa esquadra, sob o comando do Almirante Jacó Willekens e, tendo como Vice-Almirante Pieter Pieterzoon Heyn, tomou posição diante de Salvador. A presença flamenga não era surpresa, pois Madri soubera do ataque com antecedência e avisou a população local da situação. Vários preparativos haviam sido tomados, mas a superioridade numérica e a capacidade militar estavam do lado dos invasores. No dia seguinte, o bombardeio foi intenso e, pouco depois, iniciava-se o desembarque das tropas comandadas pelo Coronel Johan van Dorth, que assumia também o governo da capital brasileira conquistada. Tinha início o primeiro período das conquistas holandesas no Brasil, geralmente denominado de soteropolitano. A população fugitiva organizou a resistência sob o comando do Bispo Dom Marcos Teixeira (o bispo-soldado) e deu-se início a uma campanha de emboscadas, contando, para isso, com o apoio de indígenas cristianizados. Neste primeiro momento, sem podermos contar com auxílio militar da Metrópole, mas com o conhecimento detalhado do terreno e aproveitando-se de táticas de guerra de nosso gentio, “organizaram-se em companhias de emboscadas, compostas de 25 a 40 homens, para levarem a luta sem quartel ao invasor”³. Surgia a “guerra brasílica”, novidade que causaria surpresa e admiração entre os combatentes holandeses.

Posteriormente, contando com reforços enviados por Pernambuco e auxílio vindo do Reino, o cerco à cidade de Salvador foi tornando-se cada vez mais asfíxiante. A Holanda enviava reforços aos batavos, que se revelavam cada vez mais insuficientes para a manutenção da área conquistada. O rei Filipe IV enviou uma esquadra hispano-lusitana que, segundo Hélio Vianna, foi “a maior e mais brilhante expedição militar enviada à América no século XVII, de pouco mais de 12.000 homens”⁴; eram 52 navios de guerra e 1.200 bocas de fogo, comandados por D. Fradique de Toledo Osório, Marquês de Vilanueva de Valdueza. Essa armada bloqueou o porto de Salvador, desembarcando parte de seus homens que se juntaram ao esforço terrestre de cerco da cidade. Importa lembrar o significativo reforço à resistência baiana, proveniente do Rio de Janeiro e de Pernambuco, sendo tal contingente composto de brancos e índios comandados, os primeiros por Sal-

³ **História do Exército Brasileiro**. Perfil militar de um povo. V. I. Brasília: IBGE, 1972, p. 109.

⁴ Hélio Vianna, **História do Brasil**. Apud **Dicionário de História do Brasil**, p. 298.

vador Corrêa de Sá y Benevides, e os segundos, por Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Era a manifestação da integridade territorial e cultural católica de nossa gente. Os holandeses resistiram o quanto puderam, mas sempre perdiam espaço para a ação de esforço conjugado das forças terrestres com as navais. No dia 1.º de maio de 1625, o comandante holandês Ernest Kijt aceitava as condições impostas para a rendição.

O interregno 1625 / 1628

Apesar do revés sofrido, os holandeses, através de sua Companhia das Índias Ocidentais, não desistem de apossar-se de algum trecho na costa brasileira. Realizam várias tentativas, como a da esquadra de 34 naus, sob o comando de Boudewijn Hendrikszoon (1625), que desembarcou na Paraíba, sendo desalojada pelo Governador Matias de Albuquerque ou, como a de 1627, quando o comandante Pieter Heyn assaltou navios e executou pilhagens em vários engenhos do recôncavo.

Quando, porém, em 1628, o mesmo Pieter Heyn atacou com sucesso o comboio espanhol carregado de ouro e prata, no largo da costa de Cuba, o lucro dessa pilhagem foi suficiente para compensar os malogros anteriores, prover de recursos a Companhia e estimulá-la a preparar novo ataque ao Brasil.

A escolha, depois, recaiu sobre a região de Pernambuco. A capitania era hereditária e não real, menos defendida do que a da Bahia e das mais prósperas em razão da produção açucareira. Possuía o porto de Recife, “que é uma base naval natural excelente, capaz de abrigar e proteger enorme esquadra de ataque e protegida por dois rios fossos naturais”⁵. O planejamento estratégico da Companhia das Índias Ocidentais privilegiou o Recife, porque, com poucos gastos, essa cidade poderia tornar-se fortaleza inexpugnável contra as investidas vindas de terra, mantidas as condições de acesso marítimo. Tal raciocínio revelou-se acertado, pois, com o controle de Recife, resistiriam por vinte e quatro anos, sendo que a sua capitulação aí se deveu mais a fatores externos que propriamente à resistência. A derrota da Holanda pela Inglaterra determinaria o fim da supremacia batava nos mares e, em consequência, a possibilidade de atendimento à cidadela sitiada.

Recife, assim, representou a base naval e terrestre ideal para se estabelecer, do ponto de vista geográfico, protegida por dois fossos naturais constituídos pelos rios Capibaribe e Beberibe, secundada pela riqueza açucareira da região que,

⁵ Cláudio Moreira Bento, *O Guararapes*, número especial, 19 de abril de 1998, p. 2.

embora fosse objetivo principal das invasões, não o era do ponto de vista operacional.

A Segunda Invasão Holandesa no Brasil

No ano de 1629, os holandeses iniciam a preparação de uma grande armada, fortemente municada e com estudos prévios dos locais onde pretendiam realizar seu desembarque. A capitania de Pernambuco é avisada, mas os recursos são poucos e, mesmo procurando fortificar-se, as dificuldades são imensas. Ao ter conhecimento desse fato, o Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, fez tudo o que estava ao seu alcance para transformar Recife e Olinda em praças fortes de guerra. A 15 de fevereiro de 1630, 56 embarcações, dos mais diferentes tipos, com efetivo estimado de 7.000 homens, encontram-se diante de Recife, sob as ordens de Diederik van Waerdenburch (comando geral) e de Hendrick Corneliszoon Lonck (comando exclusivo da frota). Os flamengos, com informações seguras dadas pelo seu agente ali estabelecido, o judeu Antônio Dias (cognome Papa-Robalos), seguiram para a praia do Pau-Amarelo, região ao norte do porto do Recife, tido como o lugar mais seguro para o desembarque. Os habitantes oferecem feroz resistência, mas a superioridade militar era evidente. Recife arde em chamas e, logo depois, Olinda também é ocupada. A população foge para local mais seguro, onde procura organizar-se para a defesa. Escolhe uma posição estratégica, região elevada, com terreno alagadiço em volta, para evitar surpresas. Levanta-se um acampamento, denominado Arraial do Bom Jesus, que resistiria, durante cinco anos, à fúria do invasor. Os luso-brasileiros, sem condições de enfrentar os batavos na guerra convencional, adotaram um esquema de guerrilhas e estabeleceram um anel de cerco em torno de Recife e Olinda, constituído de “estâncias”, para evitar que o inimigo saísse para abastecer-se. Os holandeses, por sua vez, fortificaram-se, construindo fortes como o do Brum e o das Cinco Pontas, que ainda hoje podem ser visitados. Entretanto, as dificuldades dos batavos eram superadas pelo acesso marítimo e, sendo continuamente reforçados e abastecidos, isso onerava demasiadamente a conquista.

Por isso pode-se dizer que o esquema das “estâncias” foi bem sucedido até o momento em que os flamengos, obtendo a colaboração do pernambucano Domingos Fernandes Calabar, grande conhecedor da região, conseguem ampliar a conquista no Nordeste brasileiro. O curso da guerra foi alterado pela traição de Calabar que, hábil e astuto, ensinou ao inimigo os segredos da terra e da guerra brasileira. O litoral, que ficou sob controle holandês nessa época, ia do Rio Grande do Norte até o cabo de Santo Agostinho. O Império Espanhol, às voltas com grandes problemas como a Guerra dos Trinta anos na Europa e prejuízos consideráveis no

transporte marítimo de ouro e prata, pois um comboio teve várias de suas embarcações destruídas por um furacão e outros desastres, não pode continuar a enviar reforços para a defesa do Nordeste brasileiro. Com isso, apesar de todos os inúmeros atos de bravura e heroísmo, que marcam de maneira expressiva a nossa resistência, vamos cedendo espaço à inegável superioridade militar.

Administração de Nassau

Os holandeses, animados cada vez mais, trataram de consolidar seu domínio, a “Nova Holanda” e, para isso, nomearam um governador geral, o Conde Hans Maurício Nassau-Siegen. Chegado a Recife, em 1637, tratou de ampliar ainda mais as conquistas, tendo elas alcançado o seu limite máximo, do Maranhão a Sergipe. Nassau, administrador de envergadura, soube cativar a população, adotando uma política de tolerância, tanto religiosa quanto financeira. Criou um clima de respeito aos habitantes e as perspectivas de rápida recuperação econômica fizeram com que a animosidade arrefecesse. Mesmo assim, várias foram as tentativas de reconquista, dentre as quais citamos a da Esquadra do Conde da Torre, que aportou em Salvador, em 1639, e aí reuniu forças para uma grande ação conjunta. Tropas, atendendo ao chamamento, vieram de diferentes regiões, com destaque às forças do Rio de Janeiro e São Paulo, que tinham por líder o bandeirante Antônio Raposo Tavares. Infelizmente, esse empreendimento foi um grande desastre, pois a esquadra foi derrotada pelos invasores e obrigada a se dividir. Não encontrou alternativa a não ser o desembarque de parte da tropa em Ponta dos Touros, no Rio Grande do Norte. Estes soldados, comandados por Luiz Barbalho e integrada por Henrique Dias e Raposo Tavares, deram início a uma épica marcha de quatro meses, pela retaguarda inimiga, com imensos sacrifícios, vários combates e outros tantos obstáculos que tiveram de superar, para que, depois de um percurso de 400 léguas de território ocupado pelo inimigo, entrassem triunfantes em Salvador.

Por motivos estratégicos e econômicos, - garantia da oferta de mão-de-obra compulsória - tratou Nassau, também, de ocupar pontos na África como a ilha de São Tomé, no golfo da Guiné, e São Paulo de Luanda, em Angola. A luta continuava, mas a solidez e a prosperidade do empreendimento holandês eram bastante visíveis. A administração de Nassau estava conseguindo cativar os senhores de engenho, os melhoramentos na cidade de Recife estavam em andamento. A “Nova Holanda” era uma região florescente.

A Restauração

As disputas européias novamente se refletem vigorosamente na vida dos brasileiros. Explode em Portugal uma Revolução Restauradora, em 1640, que, lutando contra o Império Espanhol, coloca no trono lusitano o Duque de Bragança, com o nome de D. João IV. Invertem-se os papéis: com o término da União Peninsular, retorna a amizade entre flamengos e lusitanos. Aliás, no processo de ascensão do rei português, a Holanda, decididamente, o apoiou. Agora, aliada de Portugal, faz com que cessem as hostilidades. Maurício de Nassau e o Vice-Rei D. Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão, trocam cortesias e firmam acordos, estabelecendo-se também a paz no Brasil. Portugal envia determinação expressa para cessar o conflito e reconhece a conquista de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Aguarda-se a assinatura de um armistício entre Holanda e Portugal, com validade de dez anos. Tranqüila, a Companhia das Índias Ocidentais resolve diminuir seus efetivos militares, para reduzir seus gastos, ao mesmo tempo em que começa uma política de cobrança mais exigente dos empréstimos feitos aos senhores de engenhos; acrescenta-se o impedimento da entrada de padres católicos na "Nova Holanda". Como o governo holandês, exercido por Nassau, não correspondesse exatamente às exigências da Companhia, foi ele dispensado em 1644. O Brasil holandês ficou sendo governado por uma junta composta por Henrique Hamel, van Bullestrate e Pieter Bas.

A rebelião começa a se instalar lentamente; os primeiros indícios ocorrem no Maranhão, quando, comandados pelo senhor de engenho Antônio Teixeira de Mello, com reforços recebidos do Pará, conseguem expulsá-los de São Luís. Os batavos fogem para o Ceará e de lá para o Rio Grande do Norte.

A Insurreição Pernambucana

Portugal não podia, oficialmente, apoiar as sublevações, pois reconhecera a posse flamenga, mas secretamente estimulava os senhores de engenho. A política portuguesa estava assentada dentro de sua realidade, pois, sem poder fazer frente ao poderio militar holandês, enfraquecido que estava, diplomaticamente condenava a insurreição liderada pelos pernambucanos. A própria recente independência portuguesa estaria em perigo, se o plano fosse descoberto. A 13 de junho de 1645, a mais importante amostra de descontentamento com o domínio holandês ocorre, sob a liderança de André de Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, abastados senhores de engenho, que iniciam um movimento contra a opressão. Conseguem o importante apoio do índio Felipe Camarão e do negro Henrique Dias, os

dois com experiências anteriores na luta contra os batavos e liderando grupos armados. O almirante Salvador Correia de Sá y Benevides, comandando uma esquadra portuguesa, foi para Pernambuco, simulando a intenção de apoiar os holandeses contra os insurretos. Entretanto, a realidade era bem outra. O desembarque efetuado serviu para fortalecer os insurgentes. Por terra, Henrique Dias simula uma perseguição ao rebelde Felipe Camarão, tentando prendê-lo para recambiá-lo à Bahia. O que acontece é o aumento do efetivo militar dos rebeldes.

No dia 23 de maio de 1645, 18 líderes insurretos firmaram um compromisso sagrado:

Nós abaixo assinados nos conjuramos e prometemos em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda ajuda de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa *Pátria*; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem o contrário fizer, será tido como rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitam⁶.

A palavra *Pátria* foi utilizada pela primeira vez e, pelo disposto no documento, percebe-se a firme convicção para restaurá-la. Mas o plano da reconquista fracassou, pois os patriotas foram traídos, sua prisão ordenada. Perseguidos, conseguiram fugir e na marcha foram engrossando suas fileiras.

Vários combates ocorrem; em 3 agosto de 1645, fere-se o de Monte das Tabocas, em Vitória de Santo Antão, com o sucesso a favor dos rebeldes comandados pelo sargento-mor Antônio Dias Cardoso, contando com auxílio de Antônio da Silva Teles, governador da Bahia. O próprio povo envolveu-se na luta em apoio aos bravos; grande parte, carregando consigo apenas instrumentos de trabalho transformados em armas, avança sobre o inimigo num violento corpo-a-corpo. Logo após, em 17 de agosto de 1645, os insurretos conseguem outra vitória na batalha do engenho da Casa Forte. Os holandeses procuram reagir, mas não conseguem derrotá-los. Seguem-se três anos de estabilização, sem avanços notáveis em nenhum dos lados, mas a adesão à insurreição é total. A 12 de agosto de 1647, Dom João IV, vencido na luta diplomática, determina restituir aos holandeses o que os patriotas haviam conquistado e decide que cesse a luta.

Os patriotas, agora, são duplamente rebeldes, pois não aceitam o domínio holandês e desobedecem ao rei de Portugal.

⁶ **História do Exército Brasileiro.** Perfil militar de um povo. V. 1. Brasília: IBGE, 1972, p. 172 e 174.

A Primeira Batalha dos Guararapes (19/04/1648)

Os Montes Guararapes ficavam nas proximidades da cidade de Recife - Pernambuco. Tornaram-se importantes em razão de duas batalhas que ali ocorreram e que trouxeram a vitória sobre as forças holandesas. A constituição de nossas forças chama a atenção pela participação das etnias formadoras de nosso povo (branco, negro e índio) e pela vontade de libertar o nosso território.

Os holandeses, desejando combater o foco de insurretos, que se encontrava estabelecido no Arraial Novo do Bom Jesus e obtinha provisões da localidade denominada Muribeca, pretenderam destruir essa rota de abastecimento e, se possível, retomar a barra do Cabo de Santo Agostinho. Os autores divergem, mas estimam entre 4.500 a 6.300 soldados batavos, distribuídos em sete regimentos, que, sob o comando mercenário do alemão ten.-gen. Sigemundt von Schkoppe, deixaram o Recife, em direção aos Montes Guararapes. Ao atingir Afogados, fizeram uma finta, dando a entender que seu objetivo era realizar um ataque ao Arraial. Foram observados pelo experiente sargento-mor Dias Cardoso, que conseguiu perceber a manobra. O mestre-de-campo, general Francisco Barreto, comandante das tropas luso-brasileiras em substituição a João Fernandes Vieira, tendo conhecimento dessas pretensões, pensou em barrar o seu avanço, determinando que marchassem para o sul, em direção aos Montes Guararapes, caminho para Muribeca. Nosso contingente era bem inferior, pois dispunha apenas de 2.200 soldados. Entretanto, o general Barreto, percebendo que seus comandados não apenas conheciam melhor o terreno, como possuíam larga experiência de combates contra o invasor, deu crédito a esses chefes, aceitando as sugestões. Segundo o historiador militar cel. Cláudio Moreira Bento, a tática desenvolvida nessa luta pode ser sintetizada pela expressão “a Guerra Brasílica, uma doutrina militar genuína nossa, desenvolvida na luta contra o invasor desde 1624...”⁷. Desconhecíamos, enquanto povo, o processo da “peleja” européia, mesmo aquela utilizada pelos portugueses, quando em seu território;urgia, entretanto, habilitar os nativos ao combate. As condições locais foram, portanto, os guias, que nortearam a organização de nossa gente. Nossas tropas puderam escolher o terreno para o combate, o Boqueirão dos Guararapes, que ocupamos na noite de 18 para 19 de abril. A memorável batalha foi assim descrita por Rocha Pombo:

Pela manhã de 19 de abril (1648) avista-se a vanguarda do inimigo; e entre as 9 e 10 horas trava-se a batalha. Rompera André Vidal “como tormenta”, investindo logo à espada, sem dar ouvidos aos canhões inimigos, e tomando-lhes a artilharia. Recua num dos flancos Henrique Dias,

⁷ Cláudio Moreira Bento, *O Guararapes*, n. 9, abril-junho de 1997, p. 1

atacado pela reserva de Haus. Com isto entusiasma-se os flamengos, e avançam incendidos, metendo-se pelo tremedal ao lado, enquanto André Vidal prepara uma nova carga, e desanda outra vez contra eles como avalanche que se desprende. Obra então prodígios de valor o grande herói paraibano. Acomete intrépido ao inimigo; rompe-lhe de novo os batalhões; e refeitas as hostes, reacende-se o combate com redobrado furor. Ao cabo de umas cinco horas de peleja, foi o inimigo abrindo-se do campo, e ocupando umas colinas à vista dos insurgentes. No dia seguinte (20 de abril), uma segunda-feira, quando pensavam renovar a luta, não viram os nossos mais ninguém naquelas alturas: os holandeses, durante a noite, haviam corrido para os muros⁸.

Em todas essas ações pontificou o soldado Antônio Dias Cardoso, orientando-os e conduzindo o inimigo à emboscada, graças à sua extrema habilidade em despertar o entusiasmo dos batavos que assim imprudentemente agiam. Dias Cardoso é justamente reconhecido como atual patrono do Batalhão de Forças Especiais do Exército⁹.

O inimigo tinha por comandante von Schkoppe que, ferido, deixava o campo de luta com grande número de baixas, superiores às dos luso-brasileiros. Mais tarde, em frente ao local onde sepultaram aqueles que tombaram pela causa brasileira, erigiu-se a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Guararapes.

O cel. Cláudio Moreira Bento, refletindo sobre a vitória dos Guararapes, afirma não ter sido “obra fortuita dos acontecimentos, mas resultado da ação vigilante e decidida dos chefes, da bravura e espírito combativo dos soldados que constituíram aquele indomável exército de patriotas”¹⁰.

Força Expedicionária rumo à África (1648)

Animado com os sucessos, que elevava moralmente a resistência, o Governador Salvador Corrêa de Sá y Benevides, a 12 de maio de 1648, partiu com uma força expedicionária luso-brasileira para atacar Angola, com o propósito de devolvê-la a Portugal.

Com algumas dificuldades logrou passagem pelo bloqueio batavo e atingiu o continente africano. Apesar de enfrentar forças superiores, conseguiu obter vitórias que, em agosto, resultariam na conquista de São Paulo de Luanda. O sucesso dessa expedição marca a nossa História Militar como a primeira atuação de uma força expedicionária transcontinental.

⁸ Rocha Pombo, **História do Brasil**. 15. ed., v. II. São Paulo: Melhoramentos, 1968, p. 91-92.

⁹ Cláudio Moreira Bento, op. cit., p. 1.

¹⁰ Id., ib., p. 2.

A Segunda Batalha dos Guararapes (19/02/1649)

O coronel Brinck, novo comandante holandês, resolveu, em 17 de fevereiro de 1649, recuperar a passagem dos Guararapes, pretendendo os mesmos objetivos da tentativa anterior.

Novamente, os flamengos, com grande número de homens e fortemente apoiados pela artilharia, avançam em direção ao objetivo. As tropas luso-brasileiras continuavam ainda sob o comando de Francisco Barreto, contando com a assessoria de João Fernandes Vieira, André de Vidal de Negreiros e Henrique Dias. O Terço de Felipe Camarão estava, agora, sob o comando de seu sobrinho D. Diego Penteado Camarão, pois o grande comandante índio falecera no ano anterior. Nossas forças foram acrescidas pelo Terço das Ilhas, comandado pelo mestre-de-campo Francisco de Figueiroa. E as duas companhias de cavalaria estiveram sob o comando de Antônio Silva e Manoel de Araújo.

Utilizando táticas ardilosas, os nossos soldados levantaram acampamento em frente ao inimigo, porém, na calada da noite de 18 de fevereiro, contornaram a posição flamenga e assentaram-se ao sul. A 19 de fevereiro os holandeses, vendo-se entre dois fogos e acreditando-se dentro de uma armadilha, abandonaram suas posições e iniciaram uma retirada de retorno a Recife.

O mestre-de-campo general Francisco Barreto, aproveitando-se da desorientação dos flamengos, determina rigorosa perseguição. Os embates não se fazem por esperar; nossas forças, aproveitando-se da falta de ordem, caem sobre os holandeses, nos boqueirões, nos morros, nas várzeas, impedindo-os de uma perfeita coordenação. No cômputo final, a vitória da segunda batalha dos Guararapes foi muito superior que a antecedente.

A capitulação

Todas as crônicas são unânimes em aludir ao terror que imperou sobre os invasores recolhidos no Recife. Entretanto, apesar de todas as aflições, os batavos ainda iriam permanecer por quatro anos, na defensiva.

As praças ainda sob o poder dos holandeses, como Recife, Itamaracá e outras, manteriam uma situação de guerra sem conclusão até dezembro de 1653, quando uma esquadra organizada pela Companhia Geral do Comércio do Brasil, definitivamente, iria dar início à tomada da capital da Capitania de Pernambuco. Em perfeita sintonia o mestre-de-campo-general Francisco Barreto e o Comandante da Esquadra, Pedro Jacques de Magalhães, futuro Visconde de Fonte Arcada, iniciaram, em janeiro de 1654, um grande cerco. Por terra, os insurretos, coman-

dados por João Fernandes Vieira e André de Nogueira, avançavam conquistando cada vez mais terreno e, por mar, a esquadra bombardeava os fortes que defendiam a capital. Pouco a pouco, a resistência foi minada e, finalmente, a 23 de janeiro, os holandeses pediram o armistício. A 26 de janeiro de 1654, na Campina da Taborda, nas proximidades do forte das Cinco Pontas, era assinada a capitulação.

Conclusão

Encerrou-se um monumental capítulo de nossa História, da qual se extraiu uma inegável riqueza moral. Descobrimos que a civilização que se implantava nos trópicos, forjada pela proximidade dos luso-brasileiros com os grupos indígenas e negros, propiciou uma nova forma de convivência e mostrou que, quando unidos, éramos capazes de resistir a quaisquer pretensões que ousassem expoliar-nos.

Sem dúvida, os trinta anos de luta foram capazes de implantar um espírito bélico, organizado e decidido, que foi capaz de fazer frente a uma das maiores potências da época, a Holanda. Despertava-se a consciência nativa. O Brasil era capaz de, sozinho, defender-se. O resultado da série de combates foi uma doutrina militar genuína, a guerra brasílica, que se consolidou e demonstrou a sua eficácia. Desenvolveu-se o sentimento de unidade nacional, em razão da solidariedade à causa, pelo apoio das diferentes regiões do Brasil.

Quando, na segunda metade do século XIX, fomos vitimados pela invasão paraguaia, que resultou na maior guerra já acontecida na América do Sul, o historiador sorocabano Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), para nos motivar a fazer frente à luta, foi buscar o exemplo na resistência aos holandeses e publicou, em 1871, a sua História completa das lutas holandesas no Brasil, desde 1624 a 1654.

A Primeira Batalha dos Guararapes é, pois, a melhor representação do espírito combativo em favor das sementes de uma Pátria em busca de sua grandeza na unidade. Pelo seu alto simbolismo, elege-se o 19 de abril como o “Dia do Exército”.

Apêndice:

Após as batalhas dos Guararapes, o Conselheiro dos Estados Gerais (Holanda) Van Goch assim se manifesta:

"Em primeiro lugar, as tropas do inimigo, saindo do mato e por detrás dos pântanos e de certos lugares, com a vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e aplicam-se a romper diferentes quadrados. Em segundo lugar, as tropas do inimigo são ligeiras e ágeis de natureza, para correrem para diante ou se afastarem, e por causa de sua crueldade inata são também temíveis. Compõem-se de brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações todas do país, e também de portugueses e italianos, que têm muita analogia com os naturais do país, quanto à sua constituição, de modo que atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui e descem tudo isso com uma agilidade e rapidez notáveis. Nós, pelo contrário, combatemos em batalhões formados, como se usa na mãe-pátria, e nossos homens indolentes e fracos não são afeitos à constituição do país. Disto resulta que estas espécies de ataques com armas de fogo, como acima se trata, devem inevitavelmente ter bom resultado, e que rompendo nossos batalhões e pondo-nos em fuga matam-nos um maior número de soldados na perseguição do que teriam feito no combate mesmo. Esta ocasião, infelizmente, forneceu-nos mais do que muito a prova. Além disto, as peças de artilharia de campanha, não podendo ser apontadas sobre bandos ou grupos dispersos, tornaram-se inteiramente inúteis ou, para melhor dizer, transformam-se em verdadeiras charruas para o nosso exército, sem contar uma multidão de outros inconvenientes muito numerosos para serem aqui apontados."¹¹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial (1500 a 1800) & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** 5.ed. Brasília: Ed.UnB, 1979. v.2.
2. **BENTO, Cláudio Moreira. O Guararapes.** Órgão de divulgação das Atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. n.9, abr./jun., 1997; n.14, abr./maio, 1998; número especial, 19 abr., 1998.
3. **DICIONARIO de História do Brasil.** Moral e Civismo. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
4. **GRANDES personagens de nossa História.** São Paulo : Abril Cultural, 1969. v.1.

¹¹ Antônio de Souza Júnior, **Caminhos históricos de invasão.** Rio de Janeiro: 1950. Apud Nelson Werneck Sodré, **História Militar do Brasil.** 2. ed., Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.

-
5. **HISTÓRIA do Exército Brasileiro.** Perfil militar de um povo. Edição do Estado Maior do Exército. Brasília; RJ: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972. v.3.
 6. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira.** 3.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. v.1
 7. POMBO, Rocha. **História do Brasil.** 15.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968. v.5
 8. SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil : 1500-1627.** 6.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
 9. SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
 10. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil.** 9.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. v.5